

História em questão, tradições em jogo: José Honório Rodrigues e a “evolução” da pesquisa histórica no Brasil

Andre de Lemos Freixo*

Resumo: Assim como a História oitocentista fabricou seus mitos identitários, a história da História (e historiadores) elaborada por José Honório Rodrigues em meados do século XX parece também fortemente tributária desta perspectiva. Minha análise visa apresentar a narrativa construída por Rodrigues para a história da pesquisa histórica (cujo sentido seria sua vertente disciplinar e profissional), atentando para o fato de que ela buscava garantir não apenas a autoridade (no passado exemplar) para a fala dos historiadores que se estabeleciam e eram formados nas universidades brasileiras, como também lançava um convite à responsabilidade por uma herança, o pertencimento a uma linhagem (uma “evolução”), uma identidade profissional e, se possível, um lugar reservado nessa história da História.

Palavras-chave: Historiografia – Tradição – História do Brasil

Abstract: As the nineteenth century's History created its myths and identity links the History's history written by José Honório Rodrigues in the middle of the twentieth century seems to be very close to that perspective. My analysis intends to show the narrative built by Rodrigues for the history of historic research (whose ends would be its disciplinary and professional version), facing the fact that this lineage intended to guarantee not only the authority (at its exemplar past) for the historians speech, that were slowly becoming more and more part of the incipient university system in Brazil, but also threw an invitation of responsibility for an heritage, the sense of belonging to an lineage (an “evolving” one), a professional identity and, if possible, a place in this history.

Key-words: Historiography – Tradition – Brazilian History

Apresentação

Destronado do lugar para onde o havia alçado a filosofia que, desde o tempo das Luzes ou do idealismo alemão, fazia dele a manifestação última do Espírito do mundo, sem dúvida o discurso historiográfico troca o lugar do rei pelo da criança da estória, apontando uma verdade que todos faziam questão de esquecer. Esta é, também, a posição do mito, reservado à festa que abre no trabalho o parêntese de uma verdade (CERTEAU, 2006: 58-59).

Francisco Adolfo de Varnhagen, João Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e José Honório Rodrigues: o que estes (assim como muitos outros) nomes teriam em comum? Que tipo de relação poder-se-ia inferir nesta seleta lista de intelectuais de tão variadas épocas e matizes teóricos? Dentre outras, a resposta que mais interessa aqui é que todos são hoje, quase unanimemente, considerados mais do que meramente intelectuais, são

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/IFCS/UFRJ) e bolsista CNPq.

historiadores do Brasil. Mais ainda, diria mesmo que são “clássicos” da Historiografia brasileira.¹ Alguns deles, inclusive, são considerados avatares de uma linhagem intelectual dedicada à pesquisa e ao pensar histórico e historiográfico do e no Brasil. São, portanto, parte de uma espécie de “panteão” da Historiografia nacional. Ponto pacífico de uma história de nossa Historiografia ler, conhecer e respeitar estes “mestres”, considerados atualmente como “textos de formação” para qualquer historiador profissional.

Acredito que assim como os diferentes empreendimentos e escritas da história no século XIX – muitos dos quais buscaram fabricar mitos identitários, instalando uma “origem” para a nação brasileira na noite dos tempos e narrando a trajetória de uma nação generosa, forte, heróica e prodigalíssima –, a história da História (e historiadores) elaborada no Brasil, em meados do século XX, parece também fortemente tributária desta perspectiva. O sucesso dela parece ser de tal ordem que muitas vezes se acredita que uma linhagem de nossos historiadores estaria dada ou seria unívoca. Acredito que este tipo de certeza precise ser posta em questão exatamente por sua aparente evidência, segurança e estabilidade. O trabalho dos historiadores é em parte da ordem de um constrangimento das evidências ou de um regime de evidência – isto é, daquilo que é indicador de si próprio e auto-referente. Desta forma, diria Jorge Coli, podemos abalar “as credices indulgentes para com nós mesmos, só assim somos capazes de desmontá-las para compreender a dinâmica que impõem aos comportamentos coletivos” (COLI, 2005: 12).

Meu foco residirá sobre a obra do historiador carioca José Honório Rodrigues (1913-1987), talvez um dos mais ativos e diligentes intelectuais brasileiros em prol da construção de uma linhagem para a Historiografia brasileira. Minha análise procura aventar a possibilidade de pensar alguns textos de Rodrigues enquanto esforços em prol de uma narrativa da história (como uma “evolução”) da pesquisa histórica no Brasil, e em que medida ele poderia visar garantir não apenas a autoridade para a fala dos historiadores que paulatinamente se estabeleciam enquanto os profissionais do passado brasileiro, como também à responsabilidade por uma herança, o pertencimento a uma linhagem, uma identidade profissional e, se possível, um lugar reservado nessa história. Em uma palavra, reflito em que medida esta narrativa da história da Historiografia brasileira de Rodrigues se inseria em uma disputa mais ampla que tinha como objetivo a construção de um passado, a representação de uma ausência, com o fito de assegurar uma tradição historiográfica para o Brasil. Identifico nos escritos de José Honório Rodrigues, ainda hoje reconhecido como um dos “fundadores” da Historiografia no Brasil – o que é em si e desde já

¹ O termo “historiografia” é dotado de uma, por vezes incômoda, ambigüidade. Por um lado, pode ser entendido como o ato ou exercício de produção de textos de história. Por outro, corresponde também ao estudo da “história da História”, isto é, o exame e constantes esforços analíticos acerca da historicidade da própria disciplina histórica. Para evitar possíveis enganos, convencionou-se neste ensaio a distinção entre “historiografia” (elaboração de um texto de história) e “Historiografia” (campo de reflexão dos historiadores sobre o seu ofício).

um certo sucesso dos esforços do mesmo –, um bom ponto de partida para a reflexão acerca da construção de cânones em História. Inspirado pela famosa questão de Michel de Certeau,² indago: para além das obviedades, o que teria feito José Honório Rodrigues quando escreveu a história da História e historiadores do Brasil?

José Honório Rodrigues: herança e tradição em História

Devemos incentivar, organizar e disciplinar a pesquisa histórica, como já o fizeram vários outros povos. [...] Atender a estes objetivos significa, no Brasil, restaurar a tradição imperial de cultivo da história, tão abandonada pela República, descuidosa do passado e de suas vozes e tão confiante nas tarefas do momento [...] (RODRIGUES, 1952: 11).³

Afirmando-se preocupado em restaurar a tradição imperial de cultivo à história, José Honório Rodrigues publicou, em 1949, “Teoria da História do Brasil: uma introdução metodológica” e, em 1952, “A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais”.⁴ Criticava a conjuntura brasileira a partir de 1945, pois essa não apresentaria um futuro muito promissor para o estudo do passado nacional, outrora pródigo de “grandes” vultos da pesquisa de história. Tais tempos eram, segundo ele, de desenvolvimentismo, modernismo, futurismo, industrialização e de busca pela aplicabilidade das inovações científicas e por uma melhora material da vida humana (RODRIGUES, 1952: 10). Olhar para o passado, vislumbrar as “origens” coloniais, era considerado algo menor. Rodrigues, muito crítico, alertava para o descaso para com o passado como algo perigoso, sublinhando a importância que via na disciplina histórica como importante fonte de inspiração, pois nela, “e nela só”, dizia ele, “se concebem valores, há fins e sentido, há mutabilidade, criação, plenitude, responsabilidade, dramatismo e personalidade, e há uma reserva de experiência social, que pode contribuir para evitar novos desajustamentos e conflitos, acordar embates e resolver conjunturas” (RODRIGUES, 1952: 10).

Assim, a questão acerca da formação dos historiadores brasileiros, em meados da década de 1940, parece se tornar um dos pontos nevrálgicos das análises de José Honório. Segundo o historiador carioca, essa formação daria mais atenção ao ensino de conteúdo do que à pesquisa; à formação de professores secundários que à de pesquisadores. Segundo Rodrigues “uma verdadeira compreensão do ensino superior da história exige o contato do estudante com os grandes e pequenos mestres”. Assim, “a

² A questão que abre o segundo capítulo, “A operação historiográfica”, do livro de Certeau é: “o que fabrica o historiador quando faz história?” (CERTÉAU, 2006: 65).

³ Todos os grifos em citações, salvo onde avisado, são meus.

⁴ Em edições posteriores, o livro de 1952 perdeu seu subtítulo, ficando apenas como “A pesquisa histórica no Brasil”. Tanto sua segunda edição, de 1968, quanto sua terceira edição, acrescida de posfácio, de 1978, foram editadas na monumental Coleção Brasileira, série Grande Formato, volume 20, organizada por Américo Jacobina Lacombe. Não se pode esquecer que Lacombe foi, nos anos 1930, secretário do Conselho Nacional de Educação. Apesar de enormemente acrescidas de informações a idéia de “evolução”, subtraída do subtítulo da obra, permanece enquanto título da Segunda Parte do mesmo, intitulada “A evolução da pesquisa pública histórica brasileira”.

grande tarefa do ensino universitário da história é mostrar como se investiga, como se manejam as fontes, como se aplicam os métodos e a crítica, como *se doutrina* e interpreta o material colhido e criticado, na tentativa de *recriar o passado* numa composição ou síntese histórica” (RODRIGUES, 1949: 14). Percebe-se, portanto, que por ensino superior de História Rodrigues não entendia qualquer curso. A análise dos trabalhos de José Honório Rodrigues que proponho se insere neste período de definição dos caminhos do ensino universitário da História. Um período, pois, de definição do campo de atuação profissional da História no Brasil, no qual Rodrigues visava atuar e para isso preocupava-se com a escrita da história da História dos “verdadeiros” historiadores brasileiros – os grandes pesquisadores e intelectuais brasileiros.

Houve, contudo, um longo debate acerca da instalação de instituições de ensino e pesquisa no Brasil desde fins do século XIX. A ausência de instituições de ensino e pesquisa – uma vez que a educação de caráter superior criada pelo Império não tinha por fito a formação de cientistas – refletia-se na proliferação das escolas de Direito e Medicina que somente excepcionalmente poderiam investir em pesquisas científicas. O quadro se alteraria apenas com a fundação de escolas como o Instituto Oswaldo Cruz, a Escola de Manguinhos, o Museu Nacional, a Escola Militar (posteriormente Escola Central), o próprio IHGB, que em alguma medida se inseriu nesse processo, e a Escola de Minas de Ouro Preto. Somente em fins da década de 1930 o espaço universitário conheceu a preocupação com a *formação* de historiadores de ofício e não apenas seu reconhecimento público.

Se durante a Primeira República a situação universitária brasileira permaneceu quase inalterada, após a Revolução de 1930, o Governo Provisório, em novembro deste ano, fundou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), com Francisco Campos a sua frente. Enquanto titular, ele foi um dos responsáveis pela elaboração de um plano centralizador de reformas para o ensino secundário e superior. Através de três decretos de 11 de abril de 1931, criou-se o Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850/31) – um dos seus secretários, ainda nos anos 1930, foi Américo Jacobina Lacombe; Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/31); a e Organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto nº 19.852/31).

Paralelamente às polêmicas acerca da centralização do poder das universidades nas mãos do Governo Federal, em 25 de janeiro de 1934 o governo de São Paulo criou a USP, após incorporar algumas escolas superiores e vários institutos técnicos-científicos, além da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – na qual foi criado o curso de graduação de História. De forma semelhante, Pedro Ernesto Batista, então prefeito do Rio de Janeiro, e Anísio Spinola Teixeira, membro do grupo Escola Nova e da Diretoria Geral de Instrução do Rio de Janeiro, criaram em 4 de abril de 1935 a Universidade do Distrito Federal (UDF). Com o intento de “promover e estimular a cultura de modo a

concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira”,⁵ a UDF era dividida em diferentes órgãos: a Escola de Direito e Economia (com cadeiras de formação de professores em História e Geografia, Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Ciências Jurídicas e Ciências Políticas), Escola de Ciências, Escola de Filosofia e Letras, o Instituto de Educação, o Instituto de Artes e o Instituto de Artes para Experimentação Pedagógica.

Em 1935, algumas medidas centralizadoras foram tomadas e houve uma reorganização do Ministério responsável pela educação superior no país. Em 1937, o então ministro Gustavo Capanema, impulsionado pelo golpe que instalou o Estado Novo, encaminhou o projeto de lei que transformava a Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil – modelo para todas as outras instituições universitárias no país. Assim, a Universidade do Brasil tinha por objetivo se tornar um “ativo centro de pesquisas científicas, de investigações técnicas, de atividades filosóficas, literárias e artísticas, de estudos desinteressados de toda sorte, que a situem e a definam como a mais alta expressão de nossa cultura intelectual” (MESP, 1935: 29). A Lei nº 452 foi promulgada em 5 de julho de 1937 e instituiu a Universidade do Brasil. Assim, a Universidade seria formada por 15 escolas ou faculdades que assumiriam o caráter “Nacional”.

É importante frisar que, de acordo com as Instruções do governo municipal,⁶ não havia um curso de graduação de História na UDF. Havia sim, seções de ciências geográficas e históricas, assim como ciências econômicas, ciências sociais, ciências jurídicas e ciência política e da administração. Na seção de ciências geográficas e históricas, estudava-se Fisiografia, Geografia Humana, História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. De acordo com as Instruções de número 3, que regulavam os cursos de formação do professorado nas Escolas de Ciências, Economia e Direito e Filosofia e Letras, estas classes serviam para aqueles que, na Escola de Economia e Direito da UDF, quisessem obter a licenciatura para o magistério secundário em História ou Geografia. Não havia investimento em pesquisa, nem na formação de pesquisadores – este é um dado importante, pois será contra esta perspectiva que José Honório Rodrigues se levantará.

Com o estabelecimento da Universidade do Brasil, a UDF deixou de existir. Sucessivas reclamações de Alceu Amoroso Lima, filiado aos grupos católicos que rivalizavam com Aluísio Teixeira e sua Escola Nova, ao Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema e, eventualmente, as denúncias de comunismo e subversão contra Pedro Ernesto, que o levaram à prisão, deram cabo da UDF por meio do Decreto Federal nº 1063/39. Ainda em 1939, por meio do Decreto nº 1.063, de 20 de janeiro

⁵ Decreto nº 5.513, de 4 de abril de 1935, assinado por Pedro Ernesto Batista. Ver também: UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL, **Instruções nº I**, Título I – Da Universidade do Distrito Federal, Art. 2, em 12/06/1935, assinada por Anísio Teixeira.

⁶ A Universidade do Distrito Federal não possuiu um Estatuto. Dessa forma, todas as medidas relacionadas à suas regulamentações internas eram providas através da publicação das “Instruções”, normalmente assinadas pelos reitores em exercício. Essa prática se estendeu ao longo dos 4 anos de existência da Universidade.

do mesmo ano, os cursos da extinta UDF foram transferidos para a Universidade do Brasil (UB), cujo destino seria decidido e conduzido pelo Ministério de Capanema. Nesta universidade, foi instalado um curso de História, agora atrelado ao curso de Geografia, mas que de certa forma mantinha um forte viés de formação do professorado e, portanto, afastava-se das pesquisas.

A definição e, mais ainda, o controle estatal da formação dos historiadores brasileiros após 1937, a partir da Universidade do Brasil – criada para ser o modelo para as demais universidades brasileiras –, parece ser indício de que haveria uma questão política e ideológica importante em jogo e com ela uma certa disputa acerca do estabelecimento de uma tradição e idéia acerca da história.

Até 1945 e, em grande medida, em inícios dos anos 1950, o quadro permaneceu relativamente inalterado e José Honório Rodrigues parecia perceber que a mudança que se dava com a questão da formação universitária dos historiadores, especialmente na UB, era decisiva. Suas críticas se voltavam para o fato de que esta formação, em parte por influência de sua lógica mais voltada ao ensino e formação de professores secundários de História e Geografia do que com a pesquisa, irá sugerir para esta nova geração de historiadores uma outra forma de se relacionarem com o que ele delimitava como sendo “o” passado dessa geração. Para isso ele propunha uma outra tradição e, ao final de seu texto de 1952, sua materialização: o Instituto de Pesquisa Histórica (IPH). Este, segundo Rodrigues, iria resgatar e honrar a tradição historiográfica oitocentista que ele, páginas antes neste mesmo texto, havia organizado através da perspectiva de uma “evolução” cujas críticas partiam, precisamente, daquilo que ele identificara como seus “problemas atuais”. Esse projeto nunca saiu do papel. Sua proposta era a de oferecer ao país uma alternativa que, à “semelhança de instituições congêneres mundiais e nacionais, promovesse a pesquisa histórica e formasse pesquisadores históricos” (RODRIGUES, 1965: 32). O fim principal deste instituto seria, como defendia Rodrigues, “preservar o documento escrito no Brasil, colher o que se encontra no estrangeiro e proteger os arquivos brasileiros, como o do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deve ser, e só isto é uma tarefa imensa, proteger o monumento artístico, e o do Instituto Nacional do Livro[,] fundar e assistir tecnicamente as bibliotecas brasileiras” (RODRIGUES, 1952: 11-12).

De uma certa forma, o que ele propõe é: o Brasil tem de ter uma tradição para a formação de pesquisadores em História. Percebo que Rodrigues explicitava seu desejo de “identificar” os jovens historiadores e historiadoras universitários(as) brasileiros(as) com uma determinada tradição que era *formada*, assim como também se desejava que seus leitores (futuros herdeiros) o fossem, a medida que seu texto fosse lido.⁷

⁷ Assevera Rodrigues: “a historiografia, a história do escrito histórico, a história da história, a história do pensamento histórico, das principais tendências dos historiadores, é uma disciplina universitária adotada em toda parte. Pôr em

Acredito que a perspectiva de Rodrigues se pautava por sua disputa com um determinado grupo de intelectuais, o qual ele identificava como sendo “a fossilização, o ultraconservadorismo, a estultícia de certas instruções públicas, oficiais ou não, que transformam a História num túmulo”. Contudo, essa catilinária estava visivelmente em defesa de sua instituição de formação de pesquisadores, pois ele mesmo a indica como solução. Nas linhas que seguem à crítica, Rodrigues conclui que é necessário reverter esse quadro, pois “embora não falte quem delas [das certas instruções públicas] se queira servir para cultivar e alimentar um tradicionalismo nostálgico, estéril e passivo, traste imprestável nesta hora de superação do Brasil arcaico pelo nôvo” (RODRIGUES, 1965: 32), faria parte do dever e tarefa dos historiadores atuar em prol da modificação desta questão.

Neste ponto, minha análise visa relacionar as críticas de Rodrigues às disputas pelo estabelecimento do modelo universitário da História no país. José Honório filia os personagens que conduziam os debates nas universidades e, muitas vezes ocupavam as cátedras nos cursos de História, a uma tradição “ultraconservadora”. Ele a desqualificava como um “traste imprestável” na hora de superar “o Brasil arcaico pelo novo”. Desta forma, ele anunciava a hora de “reformular o ensino superior de História”, pois “a míope divisão da História em antiga, medieval, moderna e contemporânea e da América, em que se concentra o ensino no Brasil, desserve e desprepara as gerações e inocula um falso senso de continuidade e uma visão errada da preponderância européia [...]”.⁸

Em seu texto de 1949, José Honório mostrava um profundo conhecimento das principais escolas históricas européias e, com notável erudição, tecia lentamente aquilo que ficaria mais claro a partir de sua publicação de 1952: a “evolução” da pesquisa (pública) histórica brasileira.⁹

José Honório defendia que pensar a história implicava em dividi-la, periodizá-la. Dessa forma, Rodrigues acreditava que “a periodização tem como fim descobrir a estrutura de uma época histórica e como método a formação de conceitos que exprimem o ser próprio da época”. E que somente o “verdadeiro historiador” seria capaz de “sentir e compreender a essência de uma época” (RODRIGUES, 1949: 58).

Aplicando esta perspectiva à “nossa história”, em relação a uma periodização dos “nossos primeiros livros históricos” (RODRIGUES, 1949: 66), o historiador carioca anuncia que a moderna historiografia no país se desenvolveu a partir da fundação do IHGB, o nosso “principal estimulador dos estudos históricos” (RODRIGUES, 1949: 66). Rodrigues delinea, portanto, a sua periodização da moderna historiografia brasileira partindo do IHGB. Não à toa, José Honório destaca que uma das

contato os jovens estudantes com seus predecessores, revelar as direções principais, é uma forma prática de ensinar a história e de, tanto quanto possível, ensinar a escrever história” (RODRIGUES, 1978: 455).

⁸ O prefácio, de onde foi retirada esta citação, foi assinado em agosto de 1958 (RODRIGUES, 1965: 32).

⁹ “Não há historiografia amadurecida sem pesquisa [...]. Portanto, para que uma historiografia cresça e se torne adulta é indispensável e urgente facilitar a pesquisa, favorecendo o estudioso com os instrumentos, que são especialmente os catálogos, índices e bibliografias” (RODRIGUES, 1952: 156-157).

primeiras preocupações a ocuparem as sessões do IHGB em seus primeiros anos seria, precisamente, a determinação das “verdadeiras épocas da história do Brasil”, e se esta deveria “se dividir em Antiga ou Moderna, ou quais as suas divisões” (RIHGB, 1856: 57). Isto é, José Honório caracterizava a periodização como sendo uma das mais importantes e difíceis empresas dos historiadores. Ao destacar a importância das discussões acerca das periodizações do IHGB, ele não apenas sublinha uma das preocupações destes homens de letras como dota a moderna Historiografia brasileira de uma espécie de certidão de nascimento, pois as preocupações destes letrados significariam algo “fundamental” para o nascimento da ciência (e pesquisa) histórica no país. Mas não é só isso. Ao afirmar estas preocupações e destacar seus principais agentes, Januário da Cunha Barbosa, Abreu e Lima, von Martius, Varnhagen e Capistrano de Abreu (RODRIGUES, 1949: 66-78), José Honório construía, simultaneamente, parte de uma periodização para a tradição historiográfica que ele identificava como determinante para os rumos deste “campo” no país. Dizia ele:

Januário da Cunha Barbosa, cujo nome está tão indelevelmente ligado a essa questão [da periodização], porque dele partiram todas as iniciativas nesse sentido, foi quem na 51ª sessão do Instituto Histórico, em 14 de novembro de 1840, ofereceu cem mil réis como prêmio àquele que oferecesse ao Instituto um plano para se escrever a história antiga e moderna do Brasil, organizado de tal modo que nele se compreendessem as partes política, civil, eclesiástica e literária. [...] Candidataram-se von Martius e Wallenstein, sendo Martius o premiado. O plano do sábio naturalista não traduz, na realidade, nenhuma tentativa ou esboço no sentido de uma periodização. Mas contém tantas idéias gerais sobre a idéia da história brasileira que irá servir de ponto de partida para vários trabalhos que mais tarde serão escritos sob a inspiração do método aí delineado (RODRIGUES, 1949: 70).

Ainda que Rodrigues frise que o plano de Martius não seja necessariamente uma periodização, ele afirma que a dissertação do naturalista foi determinante para a delimitação de certos rumos para a historiografia. O botânico bávaro teria sido, portanto, o “primeiro a chamar atenção sobre a importância das três raças na história brasileira” (RODRIGUES, 1949: 70). O ponto acerca das contribuições de Martius e de sua quase indelével importância para o estabelecimento da tradição que Rodrigues quer fazer saltar aos olhos do leitor aparecerá em sua periodização, novamente em posição de destaque, com dois outros autores: Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre. Acredito que José Honório pudesse ter por objetivo destacar algumas das contribuições de von Martius, pois elas apontavam para aquilo que, no seu presente, não apenas se consolidava enquanto perspectiva, mas também lhe permitia remeter ao passado. Isso se torna um pouco mais claro quando nosso intelectual afirma que

é evidente que se Martius não propôs classificação alguma de épocas ou períodos, suas idéias serviram muito para daí em diante relacionarem-se os fatos, agrupá-los e, portanto, dividi-los sob melhor critério. O parecer do Instituto Histórico [...] dizia mesmo que era bom demais e que não poderia ser posto em prática naquele momento, mas serviria de modelo para quando fosse realizável. E acrescentava que sua utilidade se manifestava desde logo na direção que deveriam tomar as investigações históricas no Brasil (RODRIGUES, 1949: 71).

O tom quase profético que Rodrigues atribui ao relatório de Freire Allemão busca, ao que parece, tornar evidente esta linhagem, ou ainda dotá-la de uma certa aparência “evolutiva”. Procurando em um passado escolhido por ele como “seu” – enquanto um dos historiadores (leia-se: pesquisadores históricos) brasileiros –, uma fundação para uma tradição, a fundação da tradição historiográfica brasileira, da qual se via como herdeiro e intérprete, José Honório Rodrigues parece perseguir uma tradição: organizando, situando e periodizando-a sob a forma de uma narrativa histórica de e para os historiadores (pesquisadores) brasileiros.

Assim, a *História Geral do Brasil* de Varnhagen surge em lugar de destaque. Contudo, é caracterizada de forma bastante peculiar, e situada entre o plano de von Martius e a revisão de Capistrano, como sendo a que “reúne, sem contestação, maior número de fatos” (RODRIGUES, 1949: 71). Rodrigues segue, entretanto, à risca os comentários e críticas que Capistrano de Abreu (VARNHAGEN, Tomo I, s/d: 507), o próximo em sua linhagem, atribuiu aos trabalhos de Varnhagen. Esse se torna fundamental na periodização de Rodrigues, pois, além de todo o seu investimento em pesquisa e levantamento de fontes, permite que o “verdadeiro mestre” apareça como revisor, crítico e herdeiro.

Percebo, então, que não foi por acaso, mera admiração ou por uma “evidente” genialidade de Capistrano de Abreu que fizeram de Rodrigues um herdeiro do intelectual cearense. A leitura que Rodrigues fizera dos escritos de Capistrano lhe rendeu a perspectiva acerca de um nascimento daquilo que ele identificava como sendo a Historiografia que ele buscava instituir como disciplina. Havia, portanto, um projeto e um modelo a ser seguido. Rodrigues teria identificado no *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen*, escrito em 1878, o berço daquilo que ele projetava como a Historiografia.

Não será exagero dizer que Capistrano de Abreu soube, com essas poucas páginas, elevar-se realmente a uma altura ainda não atingida por nenhum historiador brasileiro. E é aqui, então, que ele anota a deficiência fundamental de Varnhagen, sua falta de percepção filosófica. E é aqui, ao adotar estas grandes cesuras, ao caracterizá-las e ligá-las que ele mostra o elemento propriamente filosófico da história do Brasil, e demonstra sua penetrante capacidade teórica, que o distingue de qualquer pedante, qualquer rato ou burocrata da história para elevá-lo ao nível do verdadeiro historiador (RODRIGUES, 1949: 74).

Para Rodrigues o necrológio de Varnhagen, escrito por Capistrano, seria “verdadeiramente o começo da historiografia brasileira” (ABREU, 1975: XI). Torna-se claro que um dos grandes diferenciais da imagem de um historiador *ideal*, ou “verdadeiro”, que Rodrigues ardorosamente construiu para seu “mestre” ao longo de sua obra, seria sua capacidade teórica e a demonstração de fluência no que tange aos elementos “filosóficos” da história do Brasil. Com seu Capistrano de Abreu, Rodrigues teria por fito estabelecer não apenas a imagem de um “verdadeiro historiador”, de um

historiador “ideal”, mas um projeto de uma disciplina (a Historiografia) moldada por essa imagem. Um “programa”, portanto, espelhado na vida e obra de Capistrano de Abreu.

O historiador carioca teria feito, portanto, mais do que apenas elencar autores e obras. Seus esforços tinham por fito o ingresso de sua perspectiva no espaço universitário, modificando o direcionamento dado à formação de historiadores no Brasil. Nesse sentido, ainda que não tenha se tornado docente em uma universidade, José Honório logrou, em 1955, em alguma medida suas aspirações universitárias. Juntamente com outros, encabeçou as propostas que separaram os cursos de graduação História e Geografia da Universidade do Brasil (juntos desde 1939) e instalaram o curso obrigatório de Introdução aos Estudos Históricos, no qual seu manual “Teoria da História do Brasil” despontava como leitura obrigatória.

Seu modelo de historiador (pesquisador profissional) procuraria garantir uma identidade historiadora para a disciplina universitária no Brasil, tendo em vista a formação quase exclusiva de professores secundários nas universidades do país. Identidade essa que estaria ligada aos projetos de Rodrigues para com o seu papel nas disputas no meio acadêmico. A história da pesquisa histórica de Rodrigues buscava, portanto, apaziguar e domesticar para o seu presente em ebulição – no qual embates pelo poder no incipiente campo historiográfico brasileiro estavam em ação – um passado, uma origem. Através de sua escrita do passado, que pretendia não apenas como um porto seguro, mas também como legitimação e autoridade para a disciplina na esfera universitária brasileira, a questão era a História, mas acredito que, no fundo, eram tradições que estavam em jogo.

Fontes e bibliografia:

ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e estudos: crítica e história** (1ª série). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1978.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

COLI, Jorge. *Prefácio*. In: SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero, hermenêuta do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Aspectos da ilustração no Brasil*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, nº 278, 1968.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A Universidade Federal do Rio de Janeiro: origens e construção (1920-1965)*. In: OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de. **A universidade e os múltiplos**

olhares de si mesma. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. *Notas sobre a institucionalização dos cursos de universitários de História no Rio de Janeiro.* In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. **Estudos sobre a escrita da história.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p.139-161.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu:** o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1899-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

MARTIUS, Karl F. Ph. von. *Como se deve escrever a história do Brasil.* **Revista do IHGB**, 1844, p. 389-411 (tradução do Barão de Capanema), p. 187-205.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1978.

_____. **A pesquisa histórica no Brasil:** sua evolução e problemas atuais. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1952.

_____. **Conciliação e reforma no Brasil:** um desafio histórico político. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1965.

_____. **Correspondência de Capistrano de Abreu.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-1956, 3 vol.

_____. **Filosofia e História.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

_____. **História e historiadores do Brasil.** São Paulo: Fulgor, 1965.

_____. **História e historiografia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.

_____. *Prefácio.* In: **Capítulos de história colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** 6ª ed. Brasília: UnB, 1976.

_____. **Teoria da história do Brasil:** introdução metodológica. 5ª ed. atualizada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

_____. **Teoria da História do Brasil:** introdução metodológica. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil.** 4ª ed. Tomo I. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s/d.